

**DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DO ACERVO
DOCUMENTAL DO CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS DO PARANÁ**
**ARCHIVAL DESCRIPTION OF THE DOCUMENTARY
COLLECTION OF THE CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS DO PARANÁ**

LUIZ CARLOS RIBEIRO | Doutor em História pela Universidade de Paris III. Coordenador do Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

MARIA DA GRAÇA SIMÃO GONÇALVES | Mestre em Gestão da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Diretora do Arquivo Público do Paraná.

SOLANGE DE OLIVEIRA ROCHA | Historiadora formada pela Universidade Federal do Paraná. Coordenadora da Divisão de Documentação Permanente do Arquivo Público do Paraná.

GILBERTO MARTINS AYRES | Arquivista formado pela Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Programa de Gestão Documental do Arquivo Público do Paraná.

RESUMO

O presente artigo objetiva a descrição e análise do tratamento arquivístico do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná (1941-1985), trabalho desenvolvido entre o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e o Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná.

Palavras-chave: Conselho Nacional de Desportos; Conselho Regional de Desportos do Paraná; descrição arquivística; repositório digital.

ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the archival treatment of the collection of the Conselho Regional de Desportos do Paraná (1941-1985), work developed by the Departamento de História of the Universidade Federal do Paraná and the Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná (the State Archives).

Keywords: Conselho Nacional de Desportos; Conselho Regional de Desportos do Paraná; archival description; digital repository.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo describir y analizar el tratamiento archivístico de la colección documental del Conselho Regional de Desportos do Paraná (1941-1985), trabajo desarrollado por el Departamento de Historia de la Universidade Federal do Paraná y el Departamento Estadual do Arquivo Público do Paraná.

Palabras clave: Conselho Nacional de Desportos; Conselho Regional de Desportos do Paraná; descripción archivística ; repositorio digital.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva a descrição e análise do tratamento arquivístico do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná (CRD-PR), órgão regional do Conselho Nacional de Desportos (CND), cuja existência institucional compreendeu o período de 1941 a 1985. Objetiva ainda a análise política do CND e do CRD-PR, bem como a relevância que a organização e a disponibilização pública desses documentos têm para a memória política e esportiva brasileira.

Criado em plena ditadura Vargas pelo decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, e extinto em meados dos anos 1990, o CND é, ainda hoje, uma referência da ideologia política dos esportes, tanto do governo federal quanto, em menor dimensão, dos governos estaduais. Estudar a sua trajetória institucional e política nos permite analisar, de forma mais apurada, a complexidade da formação do campo esportivo brasileiro. Mais especificamente, nos possibilita compreender, na configuração desse campo, as tensões entre o poder público e as ações autônomas de clubes e federações esportivas.

Desse modo, a instituição do CND, na ditadura do Estado Novo, foi uma ação clara do poder público no sentido de intervir no campo esportivo, setor que vivia uma intensa disputa de legitimação. Em torno de temáticas como “amadorismo versus profissionalização” ou “centralização versus especialização”, entidades como a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), a Federação Brasileira de Futebol (FBF), o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e as federações das diversas modalidades esportivas (hipismo, equitação, esportes atléticos, natação, remo, tiro, ginástica e halterofilismo) se debatiam pela organização e controle do esporte nacional. Da pacificação imposta pela intervenção na CBD, entre 1936/37, à criação do CND, em 1941, o governo Vargas apresentou uma “incontestável interpretação de que os esportes constituíam importante ferramenta de controle da sociedade e de promoção dos ideais de nacionalidade” (Sarmiento, 2006, p. 65). Essa postura fica explícita no texto da própria lei, quando definia os objetivos do CND:

Estudar e promover medidas que tenham por objetivo assegurar uma conveniente e constante disciplina à organização e à administração das associações e demais entidades desportivas do país, bem como tornar os desportos, cada vez mais, um eficiente processo de educação física e espiritual da juventude e uma alta expressão da cultura e da energia nacionais (Brasil, 1941).

A imposição de Luís Aranha – importante figura política do governo Vargas – na direção da CBD, em 1936, e depois na presidência do CND, em 1941, deixou clara a intenção do governo federal de impor um controle sobre a gestão do desporto nacional (Sarmiento, 2006; Drumond, 2009; Manhães, 2002).

As tensões que existiam nas entidades nacionais do esporte brasileiro repercutiam da mesma forma nas instâncias regionais. Com relação ao Conselho Regional de Desportos do Paraná, a postura do governo estadonovista foi coerente, indicando para a primeira presi-

dência da entidade, também em 1941, o major Couto Pereira, dirigente do Coritiba Football Club desde 1930. Assim como Luís Aranha, Couto Pereira integrava o Clube 3 de Outubro, “associação política que tinha por objetivo ampliar a participação dos chamados tenentes no governo revolucionário” (Sarmiento, 2006, p. 58). Não há, portanto, como dissociar a indicação de ambos, respectivamente no CND e no CRD-PR, como uma ação de intervenção do governo central no esporte nacional.

Porém, o movimento de autonomização dos esportes de alto rendimento, como o futebol e as várias modalidades olímpicas, que ocorre após a Segunda Guerra, irá impor uma redefinição do papel político do CND/CRD’s. A partir dos anos 1950, gradativamente as modalidades esportivas foram se internacionalizando e passaram a se organizar, administrativa e esportivamente, com base em regras globais, fragilizando desse modo o controle político interno. Assim como a democratização do Estado e da sociedade brasileiros, nesse período, as regras globais também contribuíram para reduzir a força política do CND e dos CRD’s, e transformá-los em uma espécie de agência arbitral de litígios do mundo esportivo nacional.

A tentativa da ditadura civil-militar de resgatar o papel de comando político do CND em 1975 (lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975) e sobretudo em 1977 (decreto n. 80.228, de 25 de agosto de 1977) não chegou a produzir mudanças relevantes (Manhães, 2002, p. 99-105). Merece destaque o fato dos governantes terem prescindido, nos chamados “anos de chumbo” (1968 a 1974), de uma intervenção institucional específica no campo esportivo. A iniciativa de resgatar o poder político do CND e redefinir uma política pública para os esportes só passou a existir a partir do momento em que, em virtude da crise global dos anos setenta, o regime autoritário começou a dar sinais de esgotamento. Também foi uma iniciativa que ocorreu no momento em que os esportes de alto rendimento iniciam um salto espetacular enquanto indústria cultural, possibilitado sobretudo pela modernização dos meios de comunicação de massa, como a televisão (Ribeiro, 2012).

Desse modo, mesmo com essa iniciativa, o CND permaneceu limitado a uma agência fiscal e burocrática. As principais decisões sobre as políticas de esportes no país permaneceram hegemonicamente conduzidas pela lógica mercantil e privada dos interesses mercantis, local e global, de clubes, federações e patrocinadores.

Portanto, de órgão central na definição de políticas públicas, nos anos 1940, o CND e os CRD’s se transformaram, ao longo dos anos 1980/90, em burocráticas repartições públicas, até serem formalmente extintos por meio da lei n. 8.672, de 6 de julho de 1993, conhecida como a Lei Zico.

A expressão disso é o que ocorreu com o CRD do Paraná que, apesar de formalmente extinto em 1995 (decreto n. 702, de 28 de abril de 1995), desde 1987 tinha os documentos da entidade recolhidos ao Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Apesar de não termos informações sobre o CRD-PR nesse interregno de quase dez anos, a hipótese que trabalhamos é que o órgão tenha se tornado inoperante. De todo modo, o planejamento do projeto prevê a busca de documentos (ou outras informações possíveis) em órgãos estaduais que nos permitam conclusões sobre a vida institucional do CRD-PR nesse período.

Mas, apesar desse quadro, o estudo da documentação do CND e do CRD não pode ser considerado uma tarefa inexpressiva. Ao contrário, a análise da produção documental do órgão pode nos revelar o tecido nervoso dos bastidores políticos, dentro e para além do campo esportivo.

SOBRE O ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

O DEAP, criado pela lei provincial n. 33, de 7 de abril de 1855, integra a estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e tem por missão a organização, a guarda, a gestão, a conservação e a preservação de documentos públicos que, por sua importância, originalidade, natureza ou valor histórico requeiram procedimentos técnicos específicos, a fim de promover o acesso rápido e seguro às informações de interesse da administração pública e do cidadão.

Hoje, além de reunir a documentação referente à memória do poder público, o DEAP tem a responsabilidade de executar a administração do patrimônio documental do estado, implementando a política de arquivos no âmbito do Poder Executivo, por meio da gestão de acervos públicos, em conformidade com a legislação federal e estadual vigente.

O acervo do Arquivo Público do Paraná é constituído por aproximadamente quatro mil metros lineares de documentos de caráter administrativo-legal, acessível aos órgãos de origem e aos servidores que porventura necessitem de comprovação de tempo de serviço e de outros assuntos correlatos (arquivo intermediário), e de caráter histórico-cultural (arquivo permanente). São quase 28 milhões de itens documentais, sendo que os documentos históricos constituem cerca de 18%, aproximadamente 1.500 metros lineares, a maior parte deles dos séculos XIX e XX.

Tais conjuntos documentais, acumulados pelo governo desde o período provincial e recolhidos à instituição em diferentes momentos de sua história, são organizados em fundos (públicos e privados) e coleções, revelando informações importantes sobre a memória do Paraná, além de se constituírem em importante fonte de conhecimento sobre o desenvolvimento social, econômico, político e administrativo do estado.

SOBRE O ACERVO DOCUMENTAL DO CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS DO PARANÁ

DA ORIGEM DO ACERVO

A mudança de organograma que extinguiu a Coordenadoria do Esporte da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), por meio do decreto n. 636, de 5 de junho de 1987, deu origem à transferência do acervo do CRD-PR para o Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP), catalogado sob o código BR PR APPR PB-061 – Conselho Regional de Desportos – CRD.

Após a transferência, em 1987, o acervo permaneceu na Divisão de Documentação Intermediária (DDI) até 2009, quando foi recolhido para a Divisão de Documentação Permanente (DDP), para tratamento arquivístico.

No ato da transferência para o DEAP, a condição do acervo era de documentos separados em pacotes, com pouca ou nenhuma identificação, amarrados com barbantes e dispostos sem ordem ou organização mínima, permanecendo dessa forma até o recolhimento para a DDP. O tratamento técnico do acervo, até então, consistia na higienização e acondicionamento em caixas-padrão com vistas ao procedimento arquivístico posterior.

O início do tratamento técnico para a descrição e inserção em base de dados só foi possível em 2012, com a parceria realizada entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História e Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade – e o DEAP.

O projeto DEAP/UFPR envolve alunos da pós-graduação em história e bolsistas de graduação (bolsas de extensão UFPR/Fundação Araucária). Além do trabalho em si de tratamento da documentação do CRD-PR, a parceria objetiva o desenvolvimento dos alunos bolsistas na formação em técnicas básicas de arquivologia, orientados pela equipe do Arquivo Público.

DA METODOLOGIA DE TRABALHO APLICADA AO FUNDO DOCUMENTAL PB 061

O projeto DEAP/UFPR visa ao tratamento arquivístico do fundo documental PB-061, com a identificação, descrição, classificação e disponibilização à comunidade científica e ao público em geral, do acervo documental do Conselho Regional de Desportos do Paraná, abrangendo o período de 1941 a 1985.

A primeira fase do trabalho foi a identificação do acervo, pois havia inconsistência na listagem sucinta, anteriormente elaborada a partir de informações externas, quando da transferência da documentação para o Arquivo Público. A primeira ação praticada pela equipe técnica foi organizar esta documentação, realizando a separação por tipo e cronologia dos documentos, demandando que todo o acervo fosse revisto e reorganizado.

À medida em que se reorganizava o acervo, do total inicial de 164 caixas-arquivo gerou-se 224 caixas-arquivo (Anexo 1), adequando a documentação ao arranjo proposto dentro dos padrões da Norma brasileira de descrição arquivística (Nobrade).

O acervo do CRD-PR é composto por 31,36 metros lineares, com cerca de setenta mil documentos originais e cópias, manuscritos, datilografados, impressos e fotografias. Os principais itens documentais pertencentes ao acervo são contratos e rescisões de contratos de atletas, alvarás, ofícios, documentos administrativo-financeiros, atas e estatutos de clubes e federações esportivas.

De acordo com os critérios definidos por Michel Duchein (1982-1986), o CRD-PB061 pode ser considerado um fundo fechado, ou seja, *quando um organismo é extinto, o fundo de arquivos por ele gerado fica automaticamente encerrado ou fechado*.

Quanto ao tratamento dispensado a esse fundo documental, no que diz respeito à conservação, foram seguidas as especificações do *Manual de gestão de documentos* do estado do Paraná (DEAP, 2007). Toda a documentação encontra-se em ambiente climatizado, com controle diário de temperatura e umidade, e com sistema de detecção e prevenção de incêndio.

ASPECTOS TÉCNICOS: A EXPERIÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE UM REPOSITÓRIO DIGITAL

Para facilitar o acesso público à documentação, o DEAP vem trabalhando nos últimos anos, em parceria com a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), no desenvolvimento de uma ferramenta que propicia a disponibilização da descrição do documento e acesso na web, denominada Sistema Documentador. O objetivo, com o desenvolvimento desse sistema, é criar uma ferramenta que possibilite catalogar e armazenar informações, de modo seguro e confiável, permitindo busca e consulta pública de forma rápida e eficiente.

Hoje, utilizando-se metodologia arquivística em um repositório digital, como o Documentador, é possível desenvolver e gerir com eficácia a gestão documental. Exemplo disso é o Programa de Gestão Documental do Arquivo Público do Paraná. Trata-se de um repositório digital que possibilita a gestão de documentos, com catalogação nos padrões da Normabrade e armazenamento das informações da documentação, permitindo a localização física do documento e a recuperação por assunto. De modo seguro e confiável, o Documentador viabiliza a busca física e o acesso para consulta de forma rápida e eficiente, possibilitando a disponibilização das imagens dos documentos via web.

O Sistema Documentador é um *software* de gestão documental que se apresenta como um repositório digital eficaz, com potencial para atender as necessidades dos arquivos. Com o aumento da massa documental, buscou-se um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos, com a especificação de requisitos e de metadados que garantissem a guarda, preservação, integridade, confiabilidade, autenticidade, acessibilidade e recuperação da informação/documento arquivístico, com qualidade, ao longo do tempo.

Cabe aqui uma breve consideração sobre o que pode ser considerado um repositório digital. No senso comum, como o próprio nome sugere, um repositório é um banco de dados, um local onde são guardadas informações. No entanto, para ser considerado um repositório digital, o mesmo deve ser capaz de armazenar e disseminar os documentos entre seus usuários, permitir diversas formas de indexação e formatos, atender o trâmite e gerenciar as informações. “Toda e qualquer aplicação sistematizada em uma estrutura de banco de dados constitui um repositório digital. Um repositório digital além de hospedar um conjunto de documentos eletrônicos, deve oferecer uma interface de busca de forma a facilitar o acesso a esse acervo eletrônico de documentos” (Kuramoto, 2008).

Um repositório digital é aquele onde conteúdos digitais estão armazenados e podem ser pesquisados e recuperados para uso posterior. Ele suporta mecanismos de importação, exportação, identificação, armazenamento e recuperação de recursos digitais.

Para garantir uma solução informatizada na qual os objetos de informação digitais pudessem ser capturados, armazenados, preservados e acessados, as descrições do projeto do PB061-CRD foram inicialmente feitas em planilhas de Excel. Para se alcançar esse resultado em relação a esse acervo, foi fundamental vincular a indexação dos metadados cadastrados com as atividades relacionadas aos documentos, neste caso o esporte.

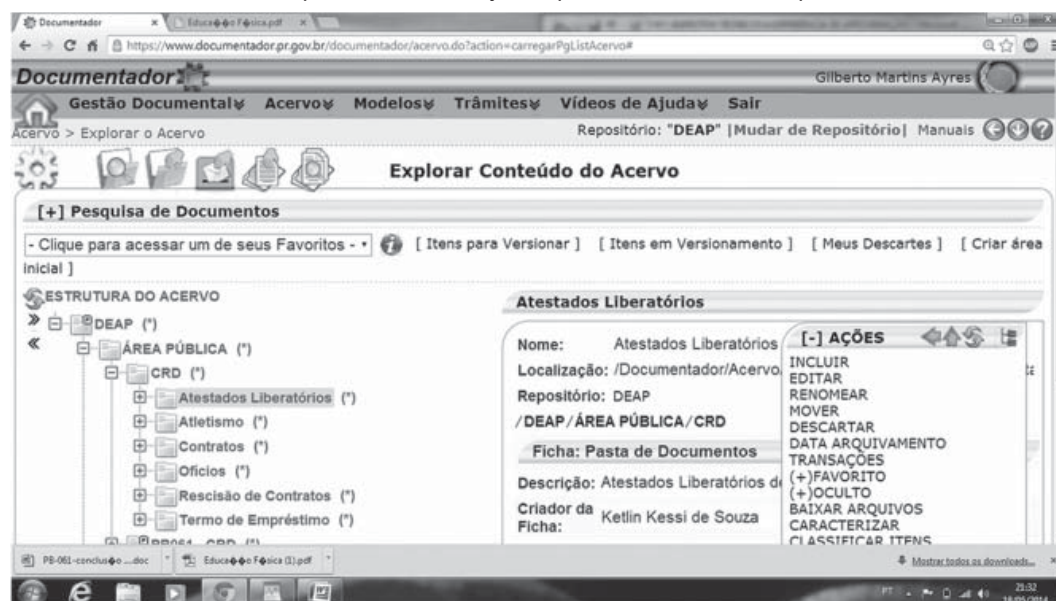
Contudo, procurou-se dar um passo adiante, no sentido de utilizar as potencialidades deste repositório digital, de forma a possibilitar a gestão documental e, concomitantemente,

a disponibilização para pesquisa, da maneira mais adequada e necessária para o pesquisador. Ao mesmo tempo, a ferramenta Documentador facilita o gerenciamento, seja do ponto de vista de quem alimenta o banco de dados, com segurança, facilidade e consistência dos dados, seja do ponto de vista do usuário, de quem apenas consulta os dados, por meio da facilidade e rapidez de busca das informações.

Pode-se, desse modo, definir os objetivos gerais do repositório Documentador, da seguinte maneira: a) captura, organização, preservação, armazenamento, indexação e recuperação de todos os tipos de documentos arquivísticos; b) implementação de fichas contendo propriedades associadas aos documentos; c) manutenção da autenticidade dos documentos; d) após o cadastramento e classificação do acervo no Documentador, a seleção dos documentos para recolhimento e preservação daqueles considerados de valor permanente.

Esses objetivos puderam ser atingidos em sua modalidade experimental livre, utilizada para a modelagem inicial e na construção da estrutura de classes e subclasses dos documentos acumulados, como foram utilizados no Fundo PB061-CRD.

FIGURA 1: Tela de entrada da planilha de descrição arquivística desenvolvida para o documentador



DEFINIÇÃO DO ARRANJO DO FUNDO DOCUMENTAL PB061-CRD

Entende-se por arranjo a sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, utilizando-se diferentes métodos, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido (Arquivo Nacional, 2005). É a partir do estudo das funções, das atividades e da estrutura da entidade produtora e da análise do acervo que se estabelece um quadro de arranjo dos documentos de um arquivo.

Diante das inúmeras particularidades e dificuldades em se encontrar uma forma de organizar a documentação, a fim de atender ao escopo do projeto celebrado entre a UFPR e

o DEAP, chegou-se a um quadro de indexação que foi o resultado de inúmeras discussões teóricas e práticas entre a equipe técnica do Arquivo Público do Paraná, coordenadores e participantes do projeto.

Afinal, muitos são os aspectos que otimizam a recuperação da informação no contexto arquivístico.

A descrição arquivística lida com a informação registrada nos documentos, levando em consideração aspectos físicos, como o título, o emissor e o destinatário, o tipo documental, a data e o local de procedência. Leva também em consideração os aspectos intelectuais, como a temática e o conteúdo conceitual (Botão; Souza, 2013, p. 107).

Definiu-se que, a partir da descrição geral, seria especificado um perfil para os indexadores principais, relacionados à tipologia, assuntos e atividades, que gerariam e especificariam os documentos, com o preenchimento da ficha diretamente no Documentador, conforme demonstrado no quadro abaixo.

PERFIL DOS METADADOS

Metadados da área de identificação e área de indexação de assuntos	Metadados da área de contextualização e área de fontes relacionadas	Metadados da área de condições de acesso e uso e área de conteúdo e estrutura	Metadados da área de notas e área de controle da descrição	Metadados para localização física do acervo
- Assunto - Tipo documental - Modalidade esportiva	- Cidade - Logradouro - Local - Período, ano ou data	- Entidade - Equipe - Clube	- Atletas - Resultados - Finalidade - Peculiaridades	- Local de armazenagem - Número de caixa

Neste trabalho foram respeitados os princípios basilares da arquivologia, como o da proveniência, organicidade, unicidade, e, principalmente, o princípio do respeito à estrutura arquivística, segundo o qual um fundo de arquivo deve receber um arranjo correspondente à estrutura administrativa da entidade que o produziu. A própria dinâmica do grupo conduziu à definição do perfil de metadados, com a descrição tendo sido feita com a experiência dos usuários na especificação dos registros diretamente no Repositório, utilizando-se o teste da usabilidade.

Com a participação dos alunos-bolsistas do projeto foram lançados, nas planilhas em Excel, os metadados indexadores vinculados aos campos obrigatórios da ficha Item Documental Nobrade. Esta ação possibilitou a migração de 1.693 itens documentais do Fundo do Conselho Regional de Desportos PB061, das planilhas do Excel para o Repositório Digital Documentador.

Visto que o Documentador Experimental é livre, foi possível desenvolver a catalogação com a viabilidade de alterar os campos a serem cadastrados, acrescentar alguma especificidade e distribuir a nova versão gerada da forma desejada, ao custo desejado, respeitados os direitos autorais e licenças específicas.

FIGURA 2: Características assumidas na ficha de descrição dos documentos

Selecione a Ficha Desejada Para Inclusão no Acervo abaixo de /Documentador/Acervo/DEAP/ÁREA PÚBLICA/CRD/Atestados Liberatórios

Repositório: "DEAP"
Local da Inclusão: DEAP/ ÁREA PÚBLICA/ CRD/ Atestados Liberatórios

* Selecione o tipo da Ficha: Planilha - ITEM Documental DEAP

Descrição da Ficha Selecionada: Incluir item documental de posse pelo DEAP em seu acervo.

[-] Características assumidas obrigatoriamente pela ficha selecionada

Nome	Descrição
1. Área de Identificação	Conjunto de informações no padrão NOBRADE referentes a informações de identificação principal da Ficha.
2. Área de Contextualização	Conjunto de informações no padrão NOBRADE para contextualização compoendo a ficha.
3. Área de Conteúdo e Estrutura	Conjunto de informações no padrão NOBRADE compoendo a ficha.
4. Área de Condições de Acesso e Uso	Conjunto de informações no padrão NOBRADE para compor a ficha.
5. Área de Fontes Relacionadas	Conjunto de informações no padrão NOBRADE para compor uma Ficha.
6. Área de Notas	Conjunto de informações no padrão NOBRADE para composição de uma ficha.
7. Área de Controle da Descrição	Conjunto de informações no padrão NOBRADE para estar compoendo uma ficha.
8. Área de Indexação de Assuntos	Conjunto de informações no padrão NOBRADE para compor em uma ficha

[+] Marque as Características que Desejar Atribuir na Ficha Selecionada

Preencher Ficha Cancelar Inclusão

Atualmente, quando se fala de um repositório digital com facilidade de uso e compatibilidade para gestão documental, fala-se necessariamente da aderência ao e-Arq Brasil, que é o conjunto de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, e, portanto, por especificação, deve-se utilizar um banco de dados que aceite os modelos mais importantes do padrão e-Arq.

O trabalho de descrição das fontes em um banco de dados permite identificar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo, facilitando e promovendo o acesso aos mesmos.

ESTÁGIO ATUAL DO PROJETO UFPR-DEAP / FUNDO PB061-CRD

O estágio atual do Projeto UFPR-DEAP / Fundo PB061 apresenta os seguintes resultados: das 264 caixas organizadas foram classificados o conteúdo de 142 caixas; dos metadados indexadores definidos, seis séries documentais foram inseridas no repositório digital compreendendo 1.493 itens que se encontram disponibilizados para consulta pública, prontos para divulgação na web, conforme quadro abaixo:

BR.APPR.PB061 — CONSELHO REGIONAL DE DESPORTO					
SÉRIES DOCUMENTAIS CARACTERIZADAS E DESCRITAS CONFORME AS NORMAS DA NOBRADE NO DOCUMENTADOR					
Atestados liberatórios	Atletismo	Contratos	Ofícios	Rescisão de contrato	Termo de empréstimo
46	11	201	795	386	54

A descrição, atendendo ao conjunto de regras gerais da Nobrade, possibilitou a confiabilidade e clareza das informações, bem como a sua identificação no acervo, permitindo a integração de dados num sistema unificado de informação.

CONCLUSÃO

Como pudemos constatar a partir de levantamento bibliográfico preliminar, os estudos de história dos esportes brasileiros, tendo como referência a documentação produzida pelo CND e pelos CRD's, são ainda muito incipientes. A pouca literatura que existe sobre essas instituições restringe-se à análise das intenções manifestas nos decretos governamentais, em específico o de 1941, quando de sua criação, e os de 1975/77, quando da tentativa de sua reestruturação. Ambos, portanto, em conjunturas autoritárias da sociedade brasileira.

A impressão que fica é que durante os períodos democráticos essas instituições teriam sido politicamente silenciadas e/ou transformadas em organismos burocráticos. Mas o fato é que, seja em conjunturas de exceção ou de liberdades constituídas, pouco se conhece do cotidiano institucional do CND e dos CRD's. Por ausência de pesquisa documental, predomina um silêncio sobre as atividades dos órgãos, seja nas conjunturas autoritárias, seja nas democráticas.

Afinal, como se destaca nos artigos da lei de 1975, citados a seguir, até a sua extinção o Conselho Nacional de Desportos e seus escritórios regionais, os CRD's, eram responsáveis pela definição da política pública de esportes no Brasil.

Art. 9 O Sistema Desportivo Nacional é integrado por órgãos públicos e entidades privadas que dirigem, orientam, supervisionam, coordenam, controlam ou proporcionam a prática do desporto no País.

[...]

Art. 11. O desporto comunitário, amadorista ou profissional, sob a supervisão normativa e disciplinar do Conselho Nacional de Desportos, abrange as atividades das associações, ligas, federações, confederações e do Comitê Olímpico Brasileiro, integrantes obrigatórios do Sistema Desportivo Nacional (Brasil, 1975).

A imensa documentação produzida entre o Conselho Nacional de Desportos e os conselhos regionais, por todo o país, tais como ofícios, telegramas, regimentos, normas internas, pareceres, contratos e rescisões de atletas etc., nos permite apreender a pulsação dos debates políticos e técnicos sobre a configuração dos esportes nacionais.

Assim, a oportunidade que se apresenta nesse projeto – de se conhecer com mais profundidade a atuação do Conselho Regional de Desportos do Paraná – permitirá que compreendamos melhor o paradoxo de constituição das políticas de esportes no Brasil: por um lado, a fragilidade (ou o pragmatismo) das políticas públicas e, de outro, a forte e identicamente pragmática atuação dos interesses privados na orientação das práticas esportivas dos clubes e federações.

A tarefa de reorganizar este acervo, tratando a documentação de acordo com os critérios técnicos da arquivística e da história, não só servirá para auxiliar o usuário dessas fontes primárias, como permitirá ao DEAP disponibilizar o resultado deste trabalho e o material apropriadamente tratado à sociedade.

A socialização da documentação já identificada no Fundo PB061, do Conselho Regional de Desportos, e o estabelecimento de relações entre as informações contidas nesses documentos com outras fontes e estudos já realizados, e outros que poderão vir a ser investigados a partir deles, permitirão trilhar novos caminhos, enriquecendo a produção e a construção de conhecimento sobre a história do esporte paranaense e brasileiro, como se pode verificar do quadro a seguir.

ANEXO 1 – QUADRO DAS CAIXAS—ARQUIVO CRD-PR

BR.APPR.PB061 – CONSELHO REGIONAL DE DESPORTOS		
ASSUNTO	ANO	CAIXAS
Estatutos de clubes de futebol do interior do Paraná	1941 a 1955	01-20
Convites, cartões, telegramas recebidos e expedidos	1941 a 1970	21-22
Contratos de atletas profissionais com a CBF	1941 a 1985	23-41
Rescisão de contrato de atletas profissionais de futebol	1964 a 1966	42-64
Rescisão de contrato de atletas profissionais de futebol	1967 a 1968	65-83
Ofícios expedidos pela Federação Paranaense de Futebol	1942 a 1969	84-85
Documentos expedidos pelo Tribunal de Justiça Desportiva	1954 a 1985	86
Ofícios expedidos pela Federação Desportiva Paranaense	1944 a 1979	87
Ofícios recebidos no Conselho Regional de Desportos	1941 a 1959	89-99
Documentos administrativos/financeiros do CRD	1941 a 1985	100-101
Atas e livros de reuniões do CRD	1941 a 1985	102
Livro Ata de registro de alvarás expedidos do CRD	1941 a 1985	103
Automóvel Clube do PR/kart/motociclismo	1950 a 1985	104
Federação Paranaense de Automobilismo	1960 a 1985	105
Atletismo	1954 a 1985	106
Associações/Centros e Diretórios Acadêmicos	1944 a 1985	107
Federação Paranaense de Desportos Universitários	1944 a 1975	108
Associações recreativas de funcionários de empresas públicas e privadas	1948 a 1985	109
Atestados de escolaridade de diversos atletas de futebol	1941 a 1985	110
Artes marciais (boxe, capoeira, culturismo, pugilismo, sumô e tae kwon do)	Anos 60/70/80	111
Artes marciais	Anos 60/70	112-113
Federação Paranaense de Arco e Flecha /bolão /beisebol e softbol	diversos	114
Federação Paranaense de Basketball (I)	1944 a 1969	115-116
Conselho Nacional de Desportos	1942 a 1978	117

Federação Paranaense de Ciclismo	1950 a 1985	118
Clubes recreativos e de lazer em Curitiba	diversos	119-121
Clubes recreativos e de lazer no litoral do Paraná	diversos	122
Federação de Desportos Aquáticos do Paraná	1967 a 1973	123-124
Federação de Esgrima do Paraná /Federação Paranaense de Faustebol	Anos 50/60/70/80	125
Federação Paranaense de Futebol de Salão	1956 a 1974	126-127
Federação Paranaense de Golfe /Federação Paranaense de Ginástica/Federação Paranaense de Handebol	1941 a 1985	128-129
Federação Paranaense de Hipismo /Joquei Clube /Sociedade de Hipismo do Paraná	1941 a 1985	130
Imprensa (jornais/matérias/artigos)	1941 a 1985	131-133
Federação Paranaense de Pesca e Caça Submarina	1941 a 1985	134
Federação Paranaense de Patinação /Federação Paranaense de Paraquedismo	1941 a 1985	135
Federação Paranaense de Remo /Federação Paranaense de Vela e Motor	1941 a 1985	136
Federação Paranaense de Tiro ao Alvo /Clube Paranaense de Caça e Tiro	1941 a 1985	137
Federação Paranaense de Tênis de Mesa	1958 a 1985	138
Federação Paranaense de Tênis	1951 a 1974	139-140
Federação Paranaense de Volley Ball	1946 a 1979	141
Federação Paranaense de Xadrez	1947 a 1985	142
Clube Atlético Paranaense (alvarás/documentos)	1941 a 1985	143
Coritiba Foot Ball Clube(alvarás/documentos)	1941 a 1985	144
Alvarás para clubes de futebol de Curitiba	1941 a 1985	146-152
Alvarás para clubes de futebol do interior do Paraná	1941 a 1985	153-224

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BOTÃO, Antonio Victor Rodrigues; SOUZA, Rosali Fernandez de. Recuperação de imagens digitais e normalização arquivística. *Acervo*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 93-108, jan./jun. 2013.

BRASIL. Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941.

_____. Lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975.

BUENO, Luciano. *Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento*. 2008. Tese (doutorado), Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Conarq). *Nobrade: Norma brasileira de descrição arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ (DEAP). *Guia de fundos do Arquivo Público do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

_____. *Manual de gestão de documentos*. 3. ed. rev. e ampl. Curitiba: s.ed., 2007.

DRUMOND, Maurício. O esporte como política de Estado: Vargas. In: PRIORE, Mary del; MELO, Victor A. de. *História do esporte no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr. 1982 / ago. 1986.

HOFFMANN, Elizabeth. *Metodologia para gestão corporativa de documentos*. Curitiba: Celepar, 2008. (No prelo – roteiro que descreve a metodologia para o processo de gestão corporativa de documentos e sistema documentador).

KURAMOTO, Helio. Distinguindo os conceitos de repositórios e publicações eletrônicas. *Blog do Kuramoto*. 2008. Disponível em: <<http://kuramoto.blog.br/2008/12/08/distinguindo-os-conceitos-de-repositorios-e-publicacoes-eletronicas/>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de esportes no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PEREIRA, Ester Liberato Pereira; MAZO, Janice Zarpellon. Conselho Regional de Desportos do Rio Grande do Sul: registro histórico sobre a fundação. *Caderno de Educação Física*, Marechal Cândido Rondon (PR), v. 9, n. 16, p. 11-28, 1. sem. 2010.

RIBEIRO, Luiz Carlos. Futebol: por uma história política da paixão nacional. *História: Questões & Debates*, Curitiba, Ed. UFPR, ano 29, n. 57, p. 15-43, jul./dez. 2012.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

Recebido em 14/6/2014

Aprovado em 26/6/2014